

Relatório Anual 2017 **Fórum Mulher**

Relatório Anual 2017



Conteúdo

QUEM SOMOS:	
Valores que orientam a acção do Fórum Mulher	2
Visão	2
Missão:	2
Objetivos Institucionais:	2
ESTRUTURA DO FÓRUM MULHER3	
PRINCIPAIS DOADORES4	
1.CONTEXTO5	
2.Desenvolvimento Organizacional	
2.1.Formação	
Formação política feminista para as mulheres rurais para a criação de agenda em torno dos das mulheres à terra	lireitos
Formação para aumentar a consciencialização sobre as políticas e regulamentos de trabalho doméstico	
3.Desenvolvimento de Capacidades	15
3.1 Subvenções aos membros e Assistências técnicas	15
3.2 Governação e gestão	17
3.3 Mobilização de Recursos	18
4.1 Políticas Públicas	19
4.1.2.Acções de advocacia	19
4.3.Estudos e pesquisas	21
4.4.Práticas culturais e Sociais	22
4.5 Alianças e Parcerias	26
5.1.Comunicação e Informação	27
6.HISTÓRIAS DE SUCESSO	
7.RELATÓRIO DE CONTAS Erro! Marcador não definido.	
8.CONCLUSÃO	
9.Desafios Para o Próximo Ano	
10.Constrangimentos	



QUEM SOMOS:

O Fórum Mulher é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, criada em 1993 e composta actualmente por 84 organizações locais, nacionais e internacionais. O Fórum Mulher define-se como sociedade civil, a partir de uma perspectiva feminista, com o papel de mediadora entre sociedade civil e Estado nas relações com as políticas governamentais e no fortalecimento das organizações que lutam pelos direitos das mulheres. O seu compromisso é lutar por transformações de princípios e práticas sócio-culturais que inferiorizam as mulheres, enfrentando as relações de poder hierárquicas entre mulheres e homens.

Valores que orientam a acção do Fórum Mulher

- § Justiça social
- Solidariedade
- Respeito pela igualdade de género
- a Autonomia das mulheres

Visão

A visão do Fórum Mulher é:

Uma sociedade mais justa e solidária, com igualdade de género, que respeita plenamente os Direitos Humanos das Mulheres.

Missão:

O Fórum Mulher, sendo uma rede de organizações que defendem a igualdade de género e os direitos humanos das mulheres, impulsiona transformações económicas e sócio-culturais, numa perspectiva feminista, fortalecendo as acções e a influência política dos seus membros e da sociedade civil moçambicana, colaborando com os movimentos sociais nacionais e internacionais.

Objetivos Institucionais:

• Contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária, onde as mulheres e as raparigas gozam do seu direito a uma vida livre de violência, exercem os seus direitos humanos, a sua autonomia económica e a sua cidadania.



 Influenciar eficientemente as decisões políticas, as atitudes e os comportamentos na sociedade por um maior reconhecimento e observância dos direitos humanos das mulheres.

ESTRUTURA DO FÓRUM MULHER

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL:

Presidente: Coalizão - Maria Feliciana Velemo

Vice-Presidente: Amudeia – Dulce Catarina Narciso

Secretária: Associação Sócio -Cultural Horizonte Azul - Laura Winasse

CONSELHO DE DIRECÇÃO:

Presidente: ONP- Maria Paula Vera Cruz

1º Vice-Presidente: WLSA – Terezinha da Silva
 2º Vice-Presidente: Lemusica – Achia Camal

CONSELHO FISCAL:

Presidente: AMMCJ – Luisa Firmino 1º Vogal: UNAC-Tereza Sumbane 2º Vogal: ORAM – Estrela Enosse

GABINETE DE COORDENAÇÃO:

Equipa Técnica

Direcção Executiva: Nzira de Deus

Administradora Financeira: Leonilde Lumbela

Gestão de Informação: Aida Nhavoto

Programa de Violência: Maria Sabata da Graça júlio

Programa de DSDR: Maira Solange, Maria Deonilde Catarina Magaia

Programa de Economia de Género:

Programa de Participação Política: Sheila Mandlate

Programa de Fortalecimento Institucional: Júlia Mpfumo

Monitoria & Avaliação: Francisco Artur Joaquim

Administração e Finanças: Arcélio Simbine, Maria de Assunção Sitoe e Lidia Ribeiro



Secretariado e Logística: Ercília Manhique

Serviços de Apoio:

Motoristas: Pinto Camanguira e Amâncio Mucavele

Limpeza: Florinda Bila e Maria Milagre Chambe

Segurança: José Chiluvane, José Macamo, Alberto Tovela

PRINCIPAIS DOADORES

PLANO ESTRATÉGICO:

OXFAM NOVIB (Programa Agir)

COOPERAÇÃO SUÍÇA

OUTROS FUNDOS:

FNUAP

ACCD

AGA KHAN

Oxfam AMÉRICA

WLP

OSISA

MASIMANYANE

EMBAIXADA DA FRANÇA

IDS



1.CONTEXTO

O início de 2017 foi marcado por vários acontecimentos a nível internacional, regional e nacional que terão impacto significativo a nível das Nações com maior enfoque para os países Europeus e Africanos.

A nível internacional, destaca-se a tomada de posse de Donald Trump, como novo Presidente dos Estados Unidos que venceu as eleições com um discurso populista anti-imigração, contra tratados de comércio internacional e contra o acordo sobre mudanças climáticas. A política proteccionista do Governo Americano teve impacto na redução de financiamento na área de saúde sexual e reprodutiva. As Organizações que providenciam serviços na área de Aborto e Advocacia tiveram que redimensionar as suas actividades por conta do México City Policy que limita a actuação das organizações que recebem fundos do Governo Americano.

A nível discursivo, o presidente americano esteve no centro das atenções pela medição de força com o presidente norte - coreano, em relação à produção de armas nucleares.

A guerra civil que opõe o regime de Bashar Al Assad aos vários grupos de rebeldes é uma barbárie e assistimos à descaracterização da vida humana. Apesar dos esforços a nível internacional, a busca da paz tem redundado num fracasso, o que tem provocado perdas de muitas vidas humanas, imigrações e aumento do sofrimento de mulheres e crianças. Esta guerra remete-nos para a necessidade de rever a posição das Nações Unidas como actor importante no diálogo para a paz e a prevenção de conflitos. Não se fala, nem se discute a necessidade de reformas na ONU; o Conselho de Segurança é um órgão chave, com os cinco membros permanentes com direito a veto: França, China, Estados Unidos, Reino Unido e Rússia. Qualquer um destes membros pode bloquear uma proposta e isso tem impacto na governação da própria ONU.

Igualmente a destacar, as eleições na França que elegeram um novo Presidente que não está ligado a nenhum partido político e com boas perspectivas em relação aos compromissos internacionais no âmbito dos Direitos Humanos e nas relações com a África.

A 61ª sessão do CSW reafirmou o compromisso político de concretizar a igualdade de género e o Empoderamento das mulheres e das raparigas, bem como os seus direitos humanos, conforme estabelecido nas Conclusões Acordadas. Este documento reflecte um conjunto de

entendimentos alcançados, destaca os obstáculos que as mulheres ainda enfrentam e identifica as acções necessárias para permitir que estas tenham uma participação plena na economia, elemento vital para se alcançar o desenvolvimento sustentável[MI].

A nível regional, o maior destaque vai para a 28ª Cimeira da União Africana realizada em Addis Abeba, cujo ponto mais alto foi a eleição do novo Presidente da União Africana ganha pelo chadiano Moussa Faki, antigo Ministro das Relações Exteriores. De referir que havia duas mulheres na lista de candidaturas e a sociedade civil fez o seu lobby para ver se se conseguia ter uma liderança feminina, mas não foi possível. De salientar que, para além da eleição do novo Presidente da UA, a Cimeira discutiu as alterações climáticas e a readmissão de Marrocos. A Cimeira foi antecedida do retiro de Chefes de Estado e de Governo para reflectir sobre as reformas institucionais da UA destinadas a melhorar os sistemas de governação.

A destacar ainda as eleições em Angola, que sinalizam novas oportunidades de mudanças na governação democrática, com perspectivas de expansão das liberdades individuais e colectivas.

A nível nacional, o destaque vai para a discussão à volta das dívidas ocultas e da auditoria feita pela empresa de consultoria Kroll sobre o desvio de cerca de 2 biliões de dólares, e a expectativa que os parceiros de cooperação e todo o povo moçambicano têm de ver esta questão esclarecida o mais urgente possível e a responsabilização dos seus actores que deixaram o país numa situação económica e financeira crítica e, por conseguinte, o agravamento do custo de vida da população, pelo encarecimento dos produtos básicos.

Igualmente podemos destacar os esforços para uma paz efectiva em Moçambique, a cessação das hostilidades militares que tem relançado as esperanças de dias melhores para os moçambicanos e para os que desejam investir em Moçambique, pois permitiu a livre circulação de pessoas e bens o que é muito aplaudido.

Este ano foi ainda marcado pelos esforços de desacreditação e diabolização de toda a luta das mulheres pelo facto de ter havido alguns casos isolados de violência praticada pela mulher contra os homens, ignorando-se toda a realidade que mostra que as mulheres continuam a ser as maiores vítimas de violência, porque a sociedade, infelizmente, continua a cobrar e a responsabilizar a mulher pela violência que ela própria sofre.



2.Desenvolvimento Organizacional

Objectivo:

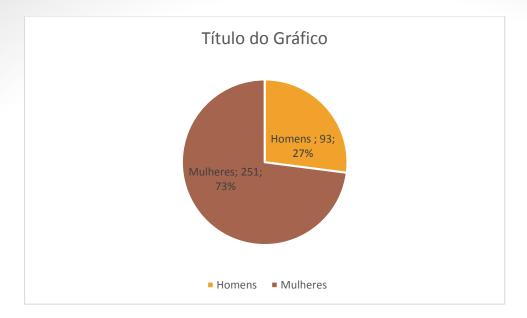
Fortalecer a capacidade do FM, dos seus membros e dos seus parceiros, para intervir de forma efectiva e coordenada na promoção e na defesa dos direitos humanos das mulheres.

2.1.Formação

Transformar as desigualdades que as mulheres enfrentam implica romper com o modelo patriarcal de ensino e aprendizagem, que desvaloriza o espaço doméstico como o local de saberes. O capitalismo que manipula as boas práticas geradas pelas mulheres para a sustentabilidade familiar em benefício do lucro desvia a atenção da produção familiar, para culturas de mercado e cria dependência das camponesas no uso de pesticidas, sementes geneticamente modificadas em detrimento das sementes nativas. Os processos formativos desenvolvidos tomam como referência a desconstrução das artimanhas do modelo patriarcal, permitindo o reconhecimento das experiências das mulheres como o principal recurso para a aprendizagem. Ao longo destes 25 anos de existência desenvolvemos ferramentas que nos possibilitaram aprender e aprimorar as nossas abordagens: o Programa Despertar, a Formação Política feminista, o Manual sobre Saúde Sexual e Reprodutiva, o Manual sobre Género e Cultura nos programas de Desenvolvimento que inclui recursos metodológicos que permitem às formandas desenvolver acções de réplicas a diferentes níveis e gerar novos grupos de aprendizagem colectiva.

No ano de 2017, desenvolvemos acções formativas nas seguintes províncias: Inhambane, Tete, Zambézia, Sofala, Cabo Delgado, Niassa, Nampula, Maputo cidade e província com apoio directo do Gabinete, nas províncias de Manica e Gaza sem apoio directo do Gabinete. Foram formadas um total de 344 pessoas, das quais 251 mulheres e 93 homens.





Nas províncias de Inhambane, Tete e Niassa as formações estavam associadas ao programa de subvenções e a assistência técnica que visa estabelecer, nos núcleos provinciais, mecanismos e ferramentas que assegurem a sustentabilidade das associações locais e dos núcleos. O processo contempla as seguintes etapas: 1) Identificação das necessidades de intervenção; 2) Definição das prioridades da intervenção; 3)Realização de sessões de análise em grupos: executivo, os órgãos sociais e grupo misto; 4) Intervenção a nível das beneficiárias nas comunidades; 5) Encontros com os órgãos de governação local a nível de advocacia; 6) Publicação dos resultados do programa de subvenção.

A nível da província da Zambézia, o processo segue uma articulação diferenciada, porque o NAFEZA é o núcleo mais antigo, com estruturas firmes de comunicação através das associações membros que estão distribuídas por todos os distritos da província da Zambézia o que gera maior conexão e impacto das intervenções. Existem níveis de intermediação entre o Gabinete do Fórum Mulher e o Gabinete do Nafeza; assim como entre o NAFEZA e as associações locais nos distritos e localidades. Trata-se de um exemplo de articulação que possibilita uma interacção dentro de uma multiplicidade de Redes. Pode-se assim afirmar que o Fórum Mulher é a Rede das Redes, actuando como um fio condutor, de ferramentas, de informação e de conhecimento que amplia a visão do mundo às mulheres a todos os níveis.

Em relação ao desenvolvimento de ferramentas de formação, foi elaborado um curriculum de formação em Violência Baseada no Género (VBG) com o objectivo de harmonizar metodologias e mensagens sobre VGB no país. Este instrumento enquadra-se no programa de combate à violência de Género do qual fazem parte as seguintes organizações: Masimanyane



da África do Sul, Memprow do Uganda e GSHRDC do Ghana. Este curriculum vai também ser testado nos três países envolvidos, através de sessões de intercâmbio, bem como treinamentos em cascata envolvendo raparigas.

Formação política feminista para as mulheres rurais para a criação de agenda em torno dos direitos das mulheres à terra



O Fórum Mulher em parceria com o Fórum Moçambicano das Mulheres Rurais realizou a formação política feminista com intuito de aumentar a consciência política das mulheres para que elas se tornem sujeitas políticas, de modo a transformar o contexto em que elas vivem, para através destas se mobilizar a sociedade sobre a

necessidade de mudança na vida das mulheres. Estiveram presentes 15 mulheres, representantes dos distrito de Marracuene e Manhiça, Províncias de Nampula, Sofala e Tete.

A inclusão da pauta das mulheres rurais nos programas de governação a nível distrital é um dos resultados apontados pelo FOMMUR, decorrente da participação nos fóruns locais de diálogo. O exemplo vem do distrito da Manhiça, onde o FOMMUR apresentou seu posicionamento em relação a usurpação de terra e o uso de sementes geneticamente modificadas nos seguintes espaços: Encontros da Plataforma distrital; Conselho Consultivo e Planificação Distrital. Este facto esta associado a consciencialização gerada pelos processos formativos, assim como ampliação dos espaços de articulação Sul-Sul, através da conexão com movimentos a nível regional e internacional.

Um dos grandes desafios das mulheres rurais é o acesso a educação associado a escassez dos serviços de saúde, falta de meios de produção, falta de programas de apoio técnica para a comercialização dos produtos.



Formação para aumentar a consciencialização sobre as políticas e regulamentos de trabalho doméstico



Realizou-se em Maputo, uma capacitação envolvendo representantes do SINTIHOTS, do Instituto Nacional de Segurança Social, da Inspecção do Trabalho, Emprego e Segurança Social, membros e simpatizantes da associação das Mulheres e Empregadas domésticas – AMUEDO, com o objectivo de disseminar o regulamento do trabalho doméstico, tornando-

lhes capazes de prestar um serviço com qualidade e actuarem em defesa de um ambiente laboral são. O seminário, contou com a participação de 40 pessoas dos quais 36 mulheres e 4 homens, oriundos da região sul do país, Inhambane, Gaza, Maputo Cidade e província do Maputo, em representação ao sector das actividades do trabalho doméstico.

De acordo com a monitoria feita pela Inspecção do Trabalho, há um aumento de queixas por parte das trabalhadoras domésticas. Que é resultado do aumento do conhecimento sobre os direitos inerentes ao trabalho doméstico, assim como do crescimento dos casos de violação dos mesmos. A Inspecção do Trabalho, não tem mandato para fiscalizar domicílios o que limita a possibilidade de averiguar as condições de trabalho neste sector doméstico. É importante aproveitar este momento da revisão da lei do trabalho para apresentar todas as reivindicações sobre os direitos das trabalhadoras domésticas. A Convenção 189 relativa ao Trabalho Doméstico que ainda não foi ratificado pelo governo Moçambicano. Que estabelece direitos Básicos como a liberdade de associação, a protecção contra todas as formas de abuso, o assédio e a violência, e condições justas de emprego. E a Recomendação (Nº 201) dá orientações práticas relativas a jornada de trabalho, remuneração, normas de saúde e segurança laboral, Segurança social, trabalho infantil, residência no domicílio de trabalho, trabalhadores

migrantes e regulamentação de agências privadas; e propõe mecanismos administrativos de queixa, inspecção e acesso a justiça.

A associação das empregadas domésticas com apoio do Fórum Mulher, irá fazer advocacia para a ratificação da Convenção 189.





2.1.2 Formação de mulheres com deficiência

Ao abordarmos a deficiência, com enfoque para as mulheres, é uma forma de expandir a nossa pauta à diversidade, e às desigualdades existentes entre as mulheres, passo importante para ampliar a agenda da luta pelos Direitos Humanos das Mulheres. As mulheres com deficiência, para além de sofrerem a discriminação pelo facto de serem mulheres, também são excluídas pela sua condição física que está muitas vezes atrelada à sexualização do corpo das mulheres. O padrão de beleza é como uma mercadoria que o capital vende, e as mulheres com deficiência não fazem parte deste padrão de beleza patriarcal e capitalista, que a indústria de beleza promove. No nosso contexto as questões tradições culturais e sociais penalizam as mulheres com deficiência, são culpabilizadas pelo facto de escolherem ser mães, porque se acredita que esta poderá gerar uma criança com deficiência. Os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres com deficiência não é exercido. As nossas participantes falaram das suas experiências como demonstramos mais abaixo. As mulheres com deficiência vêem a sua maternidade contestada pela sociedade. "Mas porquê vai engravidar, vai nascer uma criança deficiente"

Em 2017, nós realizámos quatro actividades nas seguintes províncias: Nampula, Sofala, cidade de Maputo e Maputo província, alcançando um total de 137 pessoas das quais 99 (72.2%) eram mulheres e 38 homens, com deficiência visual, locomotora e albinismo. Participaram igualmente representantes das universidades Pedagógica e UniLúrio. A maior parte das participantes tinham uma história comum sobre a deficiência: a origem está associada ao sarampo durante a infância, como consequência da falta de cuidados de saúde que não estavam disponíveis em tempo útil, e o desconhecimento por parte das famílias.

Esta foi uma oportunidade para elas falarem da discriminação que sofrem no dia-a-dia, como podemos observar na seguinte citação : as mulheres com deficiência sofrem pressão social devido às s suas escolhas e ter filhos é uma decisão fortemente contestada, tanto a nível da família e da comunidade, como dos serviços.

No contexto dos direitos sexuais e reprodutivos, as mulheres com deficiência são estigmatizadas, tratadas como assexuadas, limitando deste modo o exercício destes direitos. Os relatos demonstram como a vivência é preconceituosa e é forte o controlo patriarcal.

"Quando fiquei grávida, a minha mãe perguntou-me, como vais criar, cuidar do bebé, porque você não tem visão?" (participante a formação na cidade da Beira, 4 a 6 de Dezembro)

"Na minha primeira relação, tive dois filhos. Quando estava grávida da segunda criança, o meu marido foi arranjar uma segunda mulher, e a trouxe para a casa. E isso torturava-me psicologicamente, os meus pais levaram- me de volta para casa. Em seguida coloquei o caso no tribunal, quando questionado ele disse que me levou para casa dele porque queria ver se existia alguma diferença entre uma mulher deficiente e uma mulher normal. (participante da formação na cidade de Maputo, 27 e 28 de Setembro)

Na província de Nampula as participantes apresentaram a preocupação relacionada com a falta de centros de alfabetização de ensino Braille para crianças e adultos, porque este facto aumenta a exclusão social e não têm acesso à formação o que condiciona o acesso ao emprego no sector formal.

As raparigas são submetidas pelos seus familiares a cárcere privado, tratando-as como inválidas. A deficiência é um factor que aumenta a vulnerabilidades das mulheres e das raparigas para sofrerem violência, elas são tomadas por assexuadas, sem desejo nem prazer, fazendo com que a violência sexual seja negligenciada em muitos casos, tanto pela família, como pelas instituições.

2.1.3Fístula Obstétrica

Em 2017 foram identificadas 120 mulheres para o tratamento da fístula obstétrica no distrito de Mocuba, nas localidades de Namanjavira, Chimbua, Alto Benfica, Munhia, Mugeba e Mocuba sede pela associação de Mulheres para a promoção de Direitos Humanos, Cidadania e Combate à Fístula (AMUDHF) como resultado do trabalho de mobilização social desenvolvido a nível das comunidades. A maior parte das mulheres têm idades compreendidas entre 12 e 64 anos, baixo nível de escolaridade e baixa renda.

Nos últimos três anos, temos focalizado o distrito de Mocuba, devido à incidência de casos de fístula obstétrica com ligação às uniões prematuras e forçadas e à gravidez na adolescência. A formação tem incluído, para além das mulheres tratadas, jovens e mulheres adultas das comunidades para reconhecerem os sinais da fístula obstétrica, de modo a que sejam identificadas mais mulheres para o tratamento. O treinamento serve igualmente para informar e dar conhecimento às mulheres para evitar que fenómenos como as uniões forçadas e prematuras ocorram nas comunidades.

Foi igualmente realizada uma formação sobre Fístula Obstétrica no contexto dos Direitos Sexuais e Reprodutivos, onde estiveram presentes 50 participantes, sendo 28 do sexo feminino



e 22 do sexo masculino. E nesta sessão, em particular, juntámos participantes de Milange e de Lugela com o objectivo de criar sustentabilidade através de partilha de Boas Práticas na área da fístula obstétrica.

Várias mulheres formadas reportaram que se tornaram autónomas economicamente fruto do apoio em materiais que receberam. Salões de cabeleireiro, bancas de venda de produtos acções de consciencialização e seguimento as mulheres afectadas pela fistula obstétrica no

alimentares e até um pequeno estaleiro de venda de blocos de cimento são alguns dos empreendimentos construídos pelas mulheres apoiadas

Contudo as mulheres voltaram a reportar casos de violência doméstica e de uniões forçadas, como questões preocupantes



associadas à ocorrência da fístula obstétrica. Uma das preocupações levantadas pela associação Nikoyane¹ é a falta de resposta à demanda gerada por elas na comunidade:

"Fazemos mobilização, identificação das mulheres para o tratamento mas quando chega a campanha de tratamento nem todas as mulheres são beneficiadas, e nós não temos recursos para transportar as mulheres das localidades para a sede do distrito"

Outro aspecto prende-se com a falta de apoio, no processo de triagem, às mulheres que deviam ser observadas atempadamente nas suas localidades de modo que fossem encaminhadas para as áreas específicas de tratamento.

2.1.4 Formação em liderança e participação política

Foi realizada uma formação regional da Zona Norte em Lichinga, no mês do Maio, onde participaram 27 pessoas das quais 25 Mulheres, vindas das províncias de Nampula, Niassa e Cabo Delgado e representando organizações membros, partidos políticos, membros das assembleias provinciais e municipais. Esta formação serviu para dotar as participantes de ferramentas sobre como ser líderes comunicativas, técnicas de expressão em público e na comunicação social, desenvolver mensagens para campanhas de advocacia e elaborar

[13]

¹ Actualmente designa-se Associação de Mulheres para Promoção de Direitos Humanos, Cidadania e Combate à Fístula Obstétrica (AMUDHF).

comunicados de imprensa. Muitas participantes relataram que a formação mudou a sua percepção de liderança e que ajudou a despertar as suas potencialidades e habilidades de liderança.

2.1.5 Outros processos Formativos

O Fórum Mulher tem vindo a testar desde o ano 2016 novas metodologias de facilitação de formações baseadas nas Tecnologias de Comunicação e Informação. Este processo é parte de uma iniciativa que tem financiamento e apoio da fundação AGA KHAN no âmbito do projecto *Juntos Moçambique*.

Foram realizadas, no âmbito deste processo, duas formações sendo uma sobre Gestão Financeira na província de Tete e outra sobre Apresentações Eficazes na província de Inhambane, alcançando no total 42 pessoas das quais 33 mulheres e 09 homens todas vindas das organizações-membro do Fórum Mulher. Estas formações são parte do processo de testagem destas metodologias com vista a identificar potencialidades e fragilidades. Ainda não foi possível identificar resultados de mudanças nas práticas das organizações decorrentes destas formações. Contudo as formações serviram para dar competências específicas para as participantes realizarem melhor as suas actividades, sobretudo para melhorarem a gestão financeira das suas organizações de modo a assegurar maior transparência e também para prepararem e fazerem apresentações em público que sigam as directrizes de uma apresentação eficaz.

2.1.5.1Capacitação comunitária sobre violência baseada no género no distrito da Manhiça

Realizou se nos dias 28 e 29 de Novembro de 2017, no Distrito de Manhiça uma capacitação que abrangeu um total de 50 participantes sexo feminino e masculino. Entre as (os) formandas estavam representantes dos gabinetes de atendimento a família e menores vítimas de violência doméstica, líderes, comunitários, chefes de quarteirão, paralegais da AMUDEIA e MULEIDE, Secretários do Bairro, Presidente da AMETRAMO ao nível do Município, Activistas da OMM e Organizações juvenis. As matérias abordadas tiveram o enfoque do reforço da compreensão da legislação e articulação comviolência baseada no género, Violência Doméstica, relação entre a violência doméstica- Lei n°29/2009 de 29 de Setembro e a sua articulação com a lei da família, aspectos da Lei n° 10/2004 de 25 de Agosto, lei 4/2004 de 06 de Maio, cria os tribunais comunitários.



2.1.5.2 Capacitação em Ferramentas de Recolha de Informação sobre Direitos Humanos das Mulheres e Violência-Baseada em Género

A capacitação em ferramentas de recolha de informação sobre os direitos humanos das mulheres e violência baseada no género teve como resultados intermédios a recolha de dados nos grupos focais dos Bairros de Maxaquene, Polana Caniço e Manhiça. Os dados foram inseridos na 2ª parte da pesquisa sobre violência baseada no género, no âmbito do Programa de combate e prevenção a Violência baseada no Género implementado nos seguintes países: África do Sul, Moçambique, Uganda e Ghana.

A pesquisa tem como objectivo reunir dados abrangentes sobre prevalência de VBG, atitudes em relação à igualdade de género, dados atuais sobre legislações e políticas, bem como informações sobre respostas estatais e não estatais à VBG e fornecer análises críticas e recomendações que possam informar as intervenções do projeto. Permitirá ainda fornecer uma informação de base a partir da qual poderá se medir o progresso e orientar todas as intervenções.

3. Desenvolvimento de Capacidades

3.1 Subvenções aos membros e Assistências técnicas

O Fórum tem vindo a prover subvenções e a prestar assistências técnicas aos seus membros como parte da sua estratégia para fortalecer a articulação local entre as organizações e para avançar a agenda dos Direitos Humanos das Mulheres a nível das províncias, com destaque para o combate à violência, aos casamentos prematuros, à participação política das mulheres e ao acesso e controlo dos recursos, nomeadamente a terra e a água. As províncias e as organizações beneficiárias foram definidas durante a planificação estratégica e por meio de um estudo de avaliação de capacidades realizada às organizações. As províncias prioritárias estabelecidas foram Inhambane, Nampula, Tete e Niassa, sendo as organizações beneficiárias o Núcleo das Associações Femininas de Inhambane (NAFI), a Associação de Camponeses para o Desenvolvimento Rural (ACADER), o Núcleo das Associações Femininas de Tete (NAFET) e oFórum das Organizações Femininas do Niassa (FOFEN) respectivamente.

O processo de assistências técnicas contribuiu para avançar com o processo de legalização do NAFI e NAFET, sendo que os processos e os respectivos estatutos já foram submetidos a

aprovação pelo governador. A nível da província de Nampula foi realizado um mapeamento com vista a identificar a nova organização hospedeira do Núcleo dada a incapacidade declarada da ACADER para continuar a dinamizar o processo, tendo sido elaborado um plano de acção para fortalecimento das organizações da província.

Para o ano 2017 foi disponibilizada uma subvenção total de USD 75839.36 para três províncias, nomeadamente Inhambane, Niassa e Tete.

Como resultado desta subvenção há que destacar que o Núcleo das Associações Femininas de Inhambane consolidou a sua articulação com as instituições de atendimento a vítimas de violência com destaque para o aumento da acção dos Comités Comunitários de Atendimento às Vítimas de Violência Contra a Mulher na resolução de casos de violência doméstica nos bairros da cidade de Inhambane (casos de violência doméstica que são conduzidos e alguns casos julgados com sucesso). Há ainda a destacar que por causa do trabalho de articulação que o NAFI realiza com o governo através da DPGCAS contribuiu para que as raparigas, adolescentes e jovens, resgatadas de casamentos prematuros sejam integradas nas suas famílias e na escola. O NAFI tornou-se ainda referência nas matérias de direitos humanos das mulheres na província tendo alcançado directamente pelas suas actividades 2300 mulheres, em 2017.

A nível da província de Tete a Fundação Apoio Amigo (FAA) e o Núcleo das Associações Femininas de Tete (NAFET) fortificaram a parceria com os Gabinetes de Atendimento à Família e Menores, à Procuradoria Provincial e à Direcção Provincial de Género, Criança e Acção Social para melhorar o atendimento às mulheres vítimas de violência. Este avanço pode

ser comprovado pelo número de encontros realizados pela FAA e NAFET e estes órgãos no âmbito da implementação do plano de monitoria da aplicação dos instrumentos de combate à violência na província e tem resultado na abertura do procurador



provincial para trabalhar com as organizações da sociedade civil para efeitos de denúncias e encaminhamento de processos e para realizar acções de sensibilização juntos dos líderes comunitários em parceria com as associações da sociedade civil.

[17]



Em Niassa foram criados 8 clubes da rapariga em igual número de escolas para debater e consciencializar as raparigas nas escolas sobre o risco e as consequências das uniões forçadas e gravidezes precoces. Esta demanda surge da necessidade de fazer face à crescente desistência massiva de raparigas relacionada com a gravidez precoce e as uniões forçadas na cidade de Lichinga, em particular, mas em toda a província de forma geral.

Foi ainda dado um passo importante para evitar que os ritos de iniciação sejam um determinante para a ocorrência das uniões forçadas com a sensibilização de matronas oriundas de toda a província. O reconhecimento destas do impacto negativo das informações passadas culminou com um compromisso partilhado de rever todas as práticas e as informações passadas às raparigas durante os ritos de iniciação.

3.2 Governação e gestão

À luz da implementação do *Plano de Desenvolvimento Institucional*, a organização tem vindo a rever os seus instrumentos de governação e gestão de modo a adequá-los ao actual contexto, e a elaborar novos instrumentos de que a organização precisa para melhorar os seus processos internos de gestão, bem como para assegurar a implementação efectiva da missão e respeito pelos valores estatutários. Este processo foi antecedido de uma reflexão profunda com os membros dos Órgãos Sociais junto com organizações parceiras com muita experiência em governação interna, como o MASC.

Neste contexto foram elaborados e aprovados em Assembleia três (3) novos instrumentos de governação e gestão, nomeadamente: a *Politica de Recursos Humanos, a Política Anti-fraude e a Politica de Subvenções* e foi ainda revisto e aprovado, com reservas, o *Manual de Procedimentos*, tendo ficado de se sanarem as reservas para posterior aprovação pelo Conselho de Direcção.

Espera-se que estes instrumentos venham dar um impulso nos processos de gestão.

A política anti-fraude à organização poderá contribuir para o reforço de uma gestão transparente dos fundos, bem como da responsabilização em casos de uma gestão inadequada e para reduzir a vulnerabilidade da gestão danosa do património da organização. A política de Recursos Humanos vai permitir uma melhor gestão do recurso mais importante da organização que são as pessoas. Vai melhorar a gestão das capacidades individuais e colectivas dos seus colaboradores ao estabelecer directrizes claras de incentivo de aumento de capacidades com vista a responder com eficiência e eficácia aos objectivos e resultados institucionais. Já por outro lado a Política de Subvenções permitirá melhorar a transparência

na alocação de fundos às organizações através do estabelecimento de directrizes claras de avaliação e de selecção de proponentes, minimizar o risco de gestão operacional e alavancar a eficiência e a sustentabilidade das organizações.

Ainda neste âmbito foi feita a adequação do orçamento e do sistema de contabilidade ao plano de contas, facto este que permitiu melhorar os processos contabilísticos da organização e reduzir o tempo gasto na reconciliação e na produção de relatórios financeiros.

Foi ainda realizada a avaliação intermédia do Plano Estratégico, que, de entre outras, trouxe diretrizes para mudanças estratégicas para o alcance dos resultados do PE. Os resultados desta avaliação indicam, entre outras, para a necessidade de melhorar a articulação com os membros e com as instituições governamentais e de poder nos processos de advocacia pelos direitos humanos das mulheres. Estes Resultados servirão para alimentar a planificação estratégica 2019-2023.

Por outro foram realizados os encontros periódicos do Conselho de Direcção e também realizada a 24 ª Sessão Ordinária da Assembleia Geral onde foram analisados e aprovados os planos e relatórios institucionais.

3.3 Mobilização de Recursos

O Fórum Mulher tem vindo a negociar com os seus parceiros actuais de modo a assegurar financiamento para os próximos anos, mas também tem buscado novas fontes alternativas que possam conferir maior sustentabilidade financeira à organização. Neste âmbito a organização respondeu individualmente e em consórcio com outras organizações a 8 (oito) chamados de propostas nomeadamente: da Counter Part Internacional (na área de participação política), Médicos de Mundi (nas áreas de Participação Política e Violência de Género), OSISA (na área de Autonomia Económica das Mulheres), NORAD (nas áreas de Violência de Género e Direitos Humanos das Mulheres), Amplify Change (na área de Direitos Sexuais e Reprodutivos), Embaixada da França (Movimentos de Mulheres) e União Europeia (Empoderamento Económico e Direitos das Mulheres).

Destas, as propostas da *OSISA* (USD 120000 para dois anos) e *NORAD* (USD 320000 para quatro anos), *Médicos de Mundi* (€ 510.879,87) foram aprovadas, e estão em curso. Foram ainda assinados Memorandos de Entendimento com a *Embaixada da França* no valor de 600000Mt para apoiar iniciativas de preparação do encontro do *Mundo das Mulheres* e com o *Institute of*



Development Studies no valor de £14762 para realização de uma pesquisa designada "Fortalecendo a Legitimidade das OSC para empoderamento e responsabilização Social". Estes projectos vão ajudar a diversificar as fontes de financiamento e a aumentar a sustentabilidade e reduzir o risco da dependência de dois parceiros apenas.

Com vista a melhorar a qualidade de propostas elaboradas foi assinado um memorando de entendimento com a Solida, uma organização espanhola com sede em Barcelona para prestar assistência técnica ao Forum Mulher na elaboração de propostas. Espera-se que esta parceria ajude o Fórum Mulher a mobilizar os recursos de que precisa para funcionar em pleno e para alcançar os resultados estratégicos da organização.

4. Advocacia

Objectivo da Estratégia

Influenciar mudanças nos contextos legal, político, económico, cultural e social com vista a promover um maior respeito pelos direitos humanos das mulheres

4.1 Políticas Públicas

4.1.2. Acções de advocacia

Para o ano 2017 o Fórum Mulher elegeu a revisão da Lei das Sucessões e Lei da Família como o seu principal foco de advocacia. Contudo estivemos engajadas em vários outros processos de advocacia com destaque para o Anteprojecto de Lei de Participação Pública nos Processos Legislativos, na Elaboração do Plano Nacional dos Direitos Humanos e na Revisão Periódica



FIGURA 1: SECRETÁRIO PERMANENTE DA PROVÍNCIA DE GAZA, PRESIDENTE DA TERCEIRA COMISSÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA E PRESIDENTE DO CONSELHO DE DIRECÇÃO DO FÓRUM MULHER

Neste âmbito o Fórum Mulher realizou um encontro de reflexão sobre a Lei da Família e Projecto de Lei das Sucessões com deputados da Assembleia da República e organizações da Sociedade Civil, Magistrados do Ministério Público e Judicial, sob o lema *Por uma Lei de Sucessões e Família que defendam os Direitos Humanos em*

[19]

Geral e os Direitos das Mulheres em Particular que, de entre outras questões,

discutiu a necessidade de remoção da excepção à idade núbil, da colocação do cônjuge na primeira linha de sucessíveis junto com os filhos, assegurar o reconhecimento da união de facto para efeitos de sucessão. Deste processo foram obtidos acordos importantes com a Assembleia da República com destaque para a criação de um grupo restrito de trabalho constituído pela AR e pela Sociedade Civil, liderado pelo Fórum Mulher que elaborará o documento final com os principais pontos de revisão destes instrumentos a ser submetido à AR para discussão e aprovação.



FIGURA 2: FOTOGRAFIA DAS PARTICIPANTES NO FINAL DO ENCONTRO NACIONAL SOBRE A LEI DE SUCESSÕES E LEI DA FAMÍLIA.

O Fórum Mulher participou e contribuiu para o processo de elaboração e finalização do Anteprojecto de Lei sobre a Participação Pública nos Processos Legislativos, processo conduzido pela CTA que foi submetido ao Conselho de Ministros, para contribuir para que haja um ambiente favorável na Assembleia da República para que a Sociedade Civil participe e contribua nos processos legislativos.

O Fórum Mulher participou ainda no processo de elaboração do Plano Nacional dos Direitos Humanos e no Plano de Acção para seguimento das recomendações da Revisão Periódica Universal (RPU) onde influenciou para que os Direitos Humanos das Mulheres fossem integrados nestes instrumentos, sendo que o Plano de Acção para as recomendações da RPU já foi finalizado.



No âmbito do início do período eleitoral, o Fórum Mulher está a atualizar a sua agenda política de modo a advogar junto dos partidos políticos durante os pleitos eleitorais de 2018 e 2019. O *Manifesto Político das Mulheres* tem a sua importância, dado que o mesmo constitui um instrumento que inclui as demandas e os anseios das mulheres, para que possam ser observadas pelos partidos que assumirem o poder, quer a nível local tanto no municipal ou provincial, como a nível central. As principais linhas que orientam o manifesto são as baseadas na defesa dos Direitos Humanos das Mulheres (em que se olha para as áreas que afectam a vida das mulheres como saúde, educação, violência, transportes, terra e recursos naturais).

4.3. Estudos e pesquisas

Foi o elaborado o relatório sobre *Lacunas de Género nos Programas Governamentais* que, de entre várias constatações, se destaca a inexistência de política ou legislação específica que visem a promoção e a protecção dos direitos da rapariga, sobretudo porque a questão de género é vista sob a perspectiva homem/mulher. Também se constatou que as políticas públicas definidas e a legislação aprovada não são as mais eficazes para combater essas desigualdades, e os recursos colocados à disposição das instituições para a efectivação, tanto das políticas, como da legislação (implementação, monitoria e avaliação), não são suficientes para a produção dos resultados desejados.

Realizados os estudo sobre *Avaliação da Governação nos Municípios Liderados por Mulheres*- a conclusão a que se chegou é que, apesar da sensibilidade relativa a questões de género, as opções de políticas são, na essência circunstanciais e não intencionais, sobretudo num ambiente onde a política é dominada por homens, mas também de fortes constrangimentos culturais, políticos e institucionais.

Realizado um estudo sobre os *Direitos das Mulheres à Terra*, constatou-se que traz elementos como, por exemplo, a problemática da falta de acesso à informação sobre a implementação de políticas como a Campanha Terra Segura e a fraca inclusão da componente de género nas políticas da agricultura. O estudo concluiu que se torna necessário que haja uma abordagem preventiva, no âmbito do debate sobre a revisão da Lei de Terras que o Fórum Mulher já está a discutir através das plataformas em que está inserido como a Aliança Contra a Usurpação de Terras (ASCUT).

Elaboração do *Estudo de Base sobre Violência Baseada no Género* no âmbito da implementação do projecto Norad/Masimanyane 2017 – 2020. O estudo tem como objectivo fornecer informação

sobre a situação da VBG em 4 países intervenientes (África do Sul, Moçambique, Uganda e Gana) e identificar áreas de intervenção e as acções de advocacia necessárias.

4.4.Práticas culturais e Sociais

A dominação dos valores patriarcais, que valorizam a supremacia masculina, dentro da família e na sociedade, tem limitado o exercício dos direitos das mulheres e tem reforçado as desigualdades de género. A cultura é muitas vezes usada para justificar violações de direitos humanos, considerando os seus discursos e argumentos como naturais e inquestionáveis. Estes discursos assentam em práticas culturais e sociais sustentadas pela tradição, superstição e outras práticas.

O argumento da cultura tem exercido um poder invisível, determinando o funcionamento das instituições, a atitude das lideranças políticas e o comportamento da sociedade, expresso no controlo do corpo e da vida das mulheres.

As práticas sociais estão directamente relacionadas com as práticas culturais, porque os argumentos culturais são reproduzidos nos espaços formais e informais, como escolas, locais de trabalho e outros espaços públicos, afectando, de forma significativa, as mulheres e as raparigas. Os valores do patriarcado constituem um obstáculo para a participação política e o exercício pleno da cidadania das mulheres, impedindo que elas possam ter as mesmas oportunidades que os homens nas esferas económica, política e social.

Para reverter este quadro, o Fórum Mulher tem vindo a impulsionar os seus membros e outros actores a promoverem a mudança das atitudes, comportamentos e mentalidades na sociedade, incentivando a adopção de valores baseados na igualdade de género, e relações de respeito mútuo, sem violência, tanto ao nível dos indivíduos, como ao nível das instituições.

4.4.1 Acções de mobilização contra a violência contra as Mulheres

Ampliado o debate sobre a violência contra as mulheres no meio artístico (músicos, artistas plástico, poetas, cineastas, etc..) e aumentada a consciência sobre a temática levou a que

muitos artistas assumissem a agenda de violência e incorporassem mensagens contra a violência nos seus trabalhos.Muitos



debate sobre a violência contra as mulheres com artistas

fizeram divulgação de mensagens contra a violência nas redes sociais e na comunicação social, fruto das acções de consciencialização e reflexão sobre a violência contra as mulheres realizada com artistas no âmbito das comemorações do Dia Internacional da Mulher que contou com mais de 40 artistas. Há ainda vídeos sobre a temática, produzidos pelos artistas, que visam disseminar mensagens contra a violência, por exemplo, os vídeos produzidos pela Chitará produções.

Foram ainda realizadas sessões de reflexão na comunidade (bairro Polana Caniço e Costa do Sol) para responder à crescente onda de violência praticada contra as mulheres nos bairros da cidade de Maputo e arredores onde participaram 92 pessoas das quais 78 do sexo feminino. A escolha destes locais foi influenciada pelo histórico de violência a eles associados. Estas actividades ajudaram a sensibilizar as comunidade abrangidas sobre a necessidade de denunciar e de partilhar informação sobre quais os mecanismos existentes aos quais as mulheres podem recorrer em caso de violência. Foram ainda partilhadas práticas inovadoras de combate à violência que podem ser adoptadas pelas comunidades. .

"O Fórum Mulher deu-nos coragem para falarmos abertamente sobre as nossas vidas. Antes eu e muitas mulheres sofríamos de violência calada. Hoje eu sei reconhecer quando os meus direitos são violados e já sei onde procurar ajuda para resolver os problemas que enfrento."

Foi realizado o Encontro Nacional de Reflexão Conjunta de alternativas para o Combate à Violência baseada no Género, no âmbito dos 16 dias de Activismo, na cidade de Nampula. As participantes levantaram algumas alternativas para combater a violência, tais como a promoção de boas práticas na tramitação dos casos de violência quando estes são encaminhados às instâncias judiciais, empoderar cada vez mais as mulheres para que elas possam ter a sua autonomia económica e também promover a participação das mulheres nos espaços de discussão ou de divulgação sobre leis para que elas tenham acesso à informação, o que tem sido um dos grandes desafios para que a mulher se possa sentir sujeito de direitos.

Na sequência das acções combinadas de formação e advocacia foi realizada a actividade da Campanha dos 16 dias de Activismo na cidade da Beira que contou com a presença de 100 mulheres provenientes da Associações das Mulheres Surdas de Moçambique, Associação dos Cegos e Amblíopes de Moçambique (ACAMO), provenientes dos distritos de Gorongosa, Cheringoma, Dondo, Maringue, Búzi, Nhamatanda, e dos bairros da cidade da Beira, e mulheres das associações províncias de Tete e Manica (Lemusica, NAFET e FAA). Neste grupo de mulheres estavam representadas membros da Assembleia Municipal da cidade da Beira, membros de partidos políticos e professoras universitárias. A diversidade do grupo

serviu como oportunidade para enriquecer o debate e a construção de alternativas conjuntas para combate à violência contra as mulheres e raparigas. Uma das mensagens que as mulheres deixaram ficar é relativa à manutenção da paz. Algumas participantes foram directamente afectadas pelo conflito militar. Dizem que os seus filhos são instrumentalizados como arma de guerra, e as mães são as que mais perdem. Não querem ver os seus filhos usados como instrumento para fazer a guerra. As mulheres reclamam pelo facto de não se punirem os abusadores e violadores durante o período de conflito militar. Após o seu término ninguém é responsabilizado. Algumas participantes revelaram que ficaram a saber que têm direitos a partir da Campanha dos 16 dias de Activismo. Actualmente realizam, nas suas comunidades, acções de mobilização das mulheres.

4.4.2 Mobilização de raparigas e mulheres para o combate às práticas culturais nocivas

Foram realizadas duas ações de mobilização formativas em Manhiça, na Província de Maputo, e em Pemba, na Província de Cabo Delgado e também uma ação de monitoria na cidade de Nampula, Província de Nampula, alcançando 154 pessoas das quais 144 do sexo feminino e 10 do sexo masculino.

Em relação aos resultados almejados de fortalecimento dos sistemas de protecção e promoção dos direitos sexuais e reprodutivos, previsto no plano de trabalho, podemos afirmar que, a nível comunitário, ainda é muito fraco assim como a nível escolar. Observamos que as raparigas que foram expostas às iniciativas de combate à violência, ao abuso sexual e ao assédio sexual nas escolas nos anos 2009, 2010, 2011 tinham mais conhecimento sobre os seus direitos em comparação com as outras raparigas. Por outro lado, percebemos que não

foram criados programas estruturantes a nível das escolas onde estas intervenções tiveram lugar, assim como a nível dos sistemas comunitários. No contexto das escolas primárias que foram alvo das iniciativas percebe-se descontinuidade por parte dos professores/ras que no





momento estiveram envolvidos (as) e que depois do término do projecto não houve incorporação nas práticas escolares.

Em relação às uniões forçadas todas as raparigas foram unânimes em afirmar que a pobreza era a principal razão para a ocorrência deste fenómeno.

"Os ritos de iniciação levam a família a assumir que a menina está pronta para o casamento. Muitas vezes, porque a família não tem condições para se sustentar, usam as meninas como moeda de troca para terem algum dinheiro. Enquanto para família que recebe a menina, vêem nela uma mão- de-obra para as machambas e trabalhos domésticos"

Mas, por outro lado, há um maior reconhecimento de que o Fórum Mulher lhes deu as ferramentas para que se pudessem empoderar e lutar pelos seus direitos e contra as práticas nocivas que as afectam.

Eu digo que a minha vida mudou porque antes eu estava no armário do Fórum Mulher, não sabia muito do que é direito, empoderamento, ser uma mulher empoderada e forte que conhece os seus direitos, que conhece os seus diretos sexuais e reprodutivos. Aprendi muito, eu agora sou uma outra rapariga, hoje eu tenho o poder de decidir.

O Fórum Municipal de Género, Cultura, Segurança Urbana e Políticas Públicas para raparigas e mulheres jovens é um espaço de debate, de construção de alternativas, de cidadania, de busca de sinergias, entre as raparigas e mulheres jovens.

Foi realizado um Fórum Municipal de Género, Cultura, Segurança Urbana e Políticas Públicas para raparigas e mulheres jovens. Foi construído com base na experiência do primeiro Fórum Municipal realizado em Dezembro de 2016 e no Fórum Distrital realizado em Julho de 2017. A ideia surge a partir de uma construção colectiva do Horizonte Azul e o Gabinete do Fórum Mulher de criar um espaço permanente de discussão e construção da agenda de advocacia das raparigas e mulheres jovens.

O evento foi antecedido de reflexões comunitárias em cinco bairros municipais nomeadamente: Maxaquene "A e C"; Polana Caniço "A"; Mafalala e Urbanização. Foram destacados os seguintes problemas: a insegurança urbana associada à violação sexual, ao

assédio sexual, à falta de vagas no período diurno nas escolas e à a gravidez precoce. O evento foi realizado nos dias 12 e 23 de Dezembro no centro de conferências Joaquim Chissano na cidade de Maputo. O mesmo contou com a presença de 350 pessoas entre raparigas, jovens das diferentes associações da



Sociedade Civil, incluindo representantes das instituições do governo e das organizações internacionais. Contou igualmente com a presença da vice-ministra de Cooperação Internacional do Canadá. O evento serviu para aproximar os servidores públicos das prioridades das raparigas e das mulheres na gestão quotidiana, com enfoque para os bairros peri urbanos onde a insegurança é uma preocupação constante, que condiciona a vida de mulheres jovens e raparigas. A violência no namoro foi apontada como uma preocupação que necessita de atenção especial a nível das famílias e da escola.. O Fórum Municipal trouxe a partilha de diferentes iniciativas que estão a ser desenvolvidas a nível do país como alternativas para gerar mais oportunidades para as mulheres e raparigas. Como exemplo a apresentação feita pela TV SURDO que é uma plataforma de televisão voltada para a produção de informação com foco na pessoa com deficiência, em especial os surdos e os mudos. Esta engloba um grupo de profissionais com deficiência (cegos, surdos e pessoas com deficiência física).

4.5 Alianças e Parcerias

O Fórum Mulher participou com outras OCS num encontro com o embaixador da EU para abordar a participação da Sociedade Civil nos próximos pleitos eleitorais. Este evento serviu para reforçar o interesse da EU em financiar a participação da Sociedade Civil nas próximas eleições, mas esta deve-se organizar em blocos. O FM vai estabelecer parceria com o bloco liderado pelo CEDE que vai fazer a monitoria de todo o processo eleitoral.



O Fórum Mulher reforçou a sua participação na Iniciativa Terras Comunitárias (ITC) e foi eleito como membro do Conselho Nacional de Acompanhamento o que aumentou a sua base e a sua capacidade de influenciar os processos no âmbito desta iniciativa a favor da posse da terra pelas mulheres e contribuiu para que a iniciativa tivesse em conta questões de género na contratação de pessoal, resultando num maior número de mulheres recrutadas recentemente.

Podemos ainda constatar que existe um aumento de organizações que trabalham nas temáticas trabalhadas pelo Fórum Mulher, com destaque para a temática da violência, por exemplo, a Associação dos Juízes, Igrejas, etc., fruto do esforço que o Fórum Mulher tem feito para mobilizar a sociedade a envolver-se no combate a este flagelo. Muitas destas tem procurado o nosso gabinete em busca de mais informações para enriquecer o seu trabalho.

5. Comunicação e Informação e Gestão de Conhecimento

Objectivo da Estratégia

Tornar a Informação o vector estratégico para alavancar a agenda dos Direitos Humanos das Mulheres, através da eficiência da gestão e servindo de canal de denúncia, protesto e propostas de soluções para o exercício da cidadania.

5.1. Comunicação e Informação

O Fórum Mulher, é hoje uma referência nas questões sobre os Direitos das Mulheres e Igualdade de Género em Moçambique. É grande a expectativa da sociedade em relação ao Fórum Mulher no que concerne à busca de informação sobre Direitos Humanos das Mulheres nas mais diversas áreas. Sendo a Advocacia uma das principais estratégias, é necessário ter um sistema de gestão de informação e conhecimento que alimente as necessidades da monitoria, do fortalecimento das alianças e parcerias, da formação política e reforce o papel sentinela da organização Fórum Mulher.

No actual contexto, a informação e comunicação são factores de elevada importância em gestão organizacional, constituindo um recurso indispensável no contexto interno e externo da organização. O FM entende que a informação é um recurso valioso para provocar repercussões e mudanças a todos os níveis. A nível estratégico ela aumenta a coerência entre a organização e o meio envolvente aumentando a eficácia da missão, contribuindo para o alcance dos objectivos e, a nível operacional, ela aumenta a eficiência da organização.

A informação é um campo onde as desigualdades de género se manifestam de forma explícita, através do reforço dos estereótipos e a objectificação da imagem da mulher. A informação pode, no entanto, ser um instrumento para o reforço da ideologia, servindo de catalisador para catapultar processos de mudança.

5.1.1 Media Digital

As redes socias têm vindo a ganhar um espaço incontornável para as organizações que pretendem alcançar maior público exposto a informação e conteúdos por si produzidos. Reconhecendo o poder das redes sociais e da internet, o Fórum Mulher criou uma página no Facebook que tem sido um vector muito importante na partilha de informação com os membros, parceiros e com o público em geral. Com o aumento do número de seguidores e de visualizações, a página tem sido uma grande prova da quantidade de pessoas que buscam informações e se alimentam dos conteúdos partilhados pelo Fórum Mulher. De Janeiro a Dezembro o número de seguidores subiu de 2379 para 2796 representando um incremento de 17,5%, sendo que a taxa mais alta dos seguidores é de mulheres, conforme mostra o gráfico número 1. No mesmo período, o número de «Gostos» na página subiu de 2440 para 2819. O tempo de resposta actual é de 6 minutos, o que demostra que o Fórum Mulher tem estado presente para interação com o público.



FIGURA 3- DADOS DE SEGUIDORES DA PÁGINA FACEBOOK DO FÓRUM MULHER





FIGURA 4- DADOS DOS FÃS QUE VISUALIZAM CONTEÚDOS DO FÓRUM MULHER NOS SEUS DISPOSITIVOS

Foram registados 580 novos visitantes da página web, a uma taxa diária de 150 visitantes por dia. Este número poderia ser maior se a página web da organização não estivesse fora do ar durante a maior parte do primeiro ano.

5.1.2 Produção e distribuição de material

Durante o ano 2017 foram produzidos e impressos os seguintes materiais: Cartilha sobre acesso à Terra, Manual de Direitos Sexuais e Reprodutivos (1000), Manual de Género, Cultura e Tradição (600), Declaração de Kilimanjaro das Mulheres Rurais (500), Boletim Informativo Semestral (500), Documentário da Caravana Feminista pelo fim da Violência.

5.1.2.1 Campanhas e mass media

Ao longo dos anos o Fórum Mulher tem vindo a conquistar o seu espaço o que faz com que se torne numa referência em assuntos ligados à mulher. Reconhecendo o seu espaço na sociedade moçambicana, o Fórum Mulher conseguiu ao longo do ano transato ocupar alguns espaços de debate sobre diversos assuntos, como, por exemplo o debate do papel da mulher na prevenção de violência doméstica, promovido pela RM , no âmbito das comemorações do mês da mulher.

O Fórum Mulher tem participado regularmente do debate televisivo no programa "opinião no feminino" na STV representado pela Presidente do Conselho de Direcção.

FORUMYER

6.HISTÓRIAS DE SUCESSO

Desafiando a violência

Catarina Gaspar Paulo, 43 anos de idade, casada e mãe de duas filhas. É



natural de Nampula e actual coordenadora da Associação de Mulheres Rurais (AMR). Participa nas actividades do Fórum Mulher desde 2011. As actividades em que participou deram-lhe ferramentas para lutar contra a violência que sofria e hoje é uma mulher líder de referência na luta pelos direitos humanos das

mulheres na cidade de Nampula.

"Eu era empregada doméstica e o meu marido no final do mês me dizia para dar o salário para ele contar. Assim fazia, dava o salário todo a ele. Este contava e dizia que ia pessoalmente fazer o rancho de casa no entanto não fazia, levava o meu salário e ia usar sozinho. Eu mal conseguia comprar um simples sutiã! Assim foi durante 11 anos eu não conseguia comprar nada meu mas a trabalhar todos os dias.

Quando me casei eu só tinha concluído a quinta classe, mas ele não tinha esse nível e disse-me que primeiro devia deixá-lo estudar e quando ele concluísse eu ia estudar, tanto que hoje já graduou. Mas as formações do FM me ensinaram que devo continuar a estudar, que tenho que ter a minha conta bancária, aprender a fazer as contas e não deixar tudo para o homem. Então depois da primeira formação eu falei com o meu marido que queria ir à escola, ele zangou-se e perguntou-me quem haveria de cuidar da casa. Questionou porque eu queria ir à escola, e que ele ia-me dar tudo, por isso não havia necessidade de eu estudar. Eu disse não, o FM ensinou-me que a mulher também deve estudar, que tem que ter conhecimento sozinha e que não pode depender em tudo do homem. Eu saí fui à escola, durante um mês. Eu dormia fora de casa porque ele trancava-me a porta e batia-me sempre, mas eu disse a mim mesma que não havia problema, eu continuei até ele ver que eu estava decidida. Hoje que ele já não proíbe e continuo a estudar.

Outra coisa que mudou na minha vida é que eu sou matrona e dou conselhos às meninas, mas depois de conhecer o FM aprendi que os meus conselhos são errados, a forma como eu aconselho não é correcta. Antes nós preparávamos



as meninas para casar e para satisfazer o homem, mas agora eu já não aconselho meninas de 17 anos a casar, só a partir dos 18 anos começo a falar de casamento. Além disso, olho para o aspecto físico das moças e avalio se já está ou não preparada para ser dona de casa. E agora sempre aconselho as meninas a continuarem os seus estudos ate concluírem e que só devem casar quando se sentirem prontas.

Hoje sou uma líder reconhecida na igreja pelos ensinamentos contra a violência e os direitos das mulheres. Até hoje na igreja sou a líder das mães e represento 11 igrejas. Já sou convidada para falar na televisão, e deixar mensagens contra a violência tudo graças às formações do FM.

O Fórum Mulher é um despertador para mim e é uma Águia que voa alto, que não pára em nenhum sítio, que vai para todos os lugares e todas as províncias, todos os distritos. E a Águia não olha para baixo, sempre olha para a frente e pensa em coisas futuras para organizar. "

Domingas, de 38 anos de idade, natural de Nampula, reside actualmente no

distrito de Murrupula onde é activista pelos Direitos Humanos das Mulheres.



"Em 1999 engravidei da minha segunda filha; em 2000 a minha segunda filha nasceu. A partir desse ano comecei a deparar-me com violência doméstica. Ele dizia que eu devia parar de estudar para cuidar das crianças. Mas eu não concordava. Parei em 2000 de ir à escola mas em 2002 decidi voltar a estudar e fiz a 10 décima classe em 2003. Quando fiz a décima classe, comecei a concorrer para empregos, na saúde, na polícia, para ser

professora e não conseguia nada. Mais tarde vim a descobrir que o meu esposo estava a fazer tudo para eu não conseguir emprego para trabalhar.

Em 2004 entrei para formação da TCV. Naquele núcleo falávamos em violência, abusos, etc

Participei na minha primeira formação de uma semana e recebi um subsídio de 150 mt. Fui apresentar em casa e disse-lhe que tinha recebido na formação. O meu esposo zangou-se e começou a violentar-me e procurou saber quem me tinha levado lá e eu disse que foi o meu irmão e ele quis saber porque o meu irmão levou a mim e não à mulher dele, etc. e deu confusão. Eu peguei naquele valor fui comprar uma roupa para usar quando fosse para ir visitar nas cadeias,

orfanatos,no campo, etc., mas sempre o meu marido me fazia confusão e me violentava por estar a participar nesse núcleo mas eu continuava a ir. Quando havia viagens eu ia.

Concorri a vários empregos mas o meu marido sempre fazia algo para eu não conseguir o emprego. A partir dai comecei a concorrer sem falar com ele. Comecei a participar nas palestras e ia aprendendo mais sobre direitos das mulheres. Concorri para para o IMAPI para o curso 10+1, e fui apurada. Ele só descobriu no dia da entrevista. Ele tentou me impedir de ir à entrevista, eu pedi boleia para a entrevista e ele disse que já era tarde que não tinha chances mas mesmo assim eu fui para essa entrevista e fui aprovada. Depois comecei a frequentar as aulas mas sempre com impedimentos. Eu voltava da escola à noite e mesmo assim tinha de cozinhar porque ele proibia as minhas sobrinhas e filha de cozinhar e lhes dizia que não deviam cozinhar enquanto existe uma mulher naquele lar. Quando não cozinhava ele batia-me.

Terminei o curso e graduei mas ele não queria que eu trabalhasse. Eu não desisti e continuava a ir às palestras, formações e participava nas actividades do núcleo.

Quando saiu o meu nome para trabalhar no distrito não perdi a oportunidade e fui. Mas ele fazia de tudo para eu abandonar o emprego. Quando eu saía na segunda para o distrito ele também abandonava a casa e deixava crianças menores sozinhas para me fazer pressão para eu desistir do emprego. Aquilo me doía muito. Eu no distrito ficava a pensar nos meus filhos sozinhos em casa. Uma vez a casa foi assaltada por ladrões e o meu marido não estava.

Em 2014 veio o programa Mulher em Democracia e eu participei na formação e fui indicada como ponto focal para o distrito de Murrupula. E comecei a trabalhar na sensibilização das mulheres para aderirem às mesas de votação e conseguíamos chegar onde o stae não conseguia.

Comecei a receber mensagens de força do FM porque gostavam do meu trabalho. E continuei a trabalhar com o FM até hoje, e sempre que há formação me chamam.

O Fórum Mulher abriu-me a visão para o mundo e graças ao projecto em que participei, senão se calhar teria acreditado no que o meu marido dizia que devia ser como minhas irmãs que não trabalham. Sinto-me motivada e com força para continuar a trabalhar. O Fórum Mulher ajudou-me a definir-me a mim mesma, me espelhar como mulher e as minhas capacidades e o meu propósito na vida é encontrar solução para os meus problemas. Hoje não preciso de ninguém para enfrentar a vida.



No meu distrito já sensibilizei várias mulheres e hoje elas já sabem denunciar. Quando o marido bate, elas saem a correr para minha casa para irmos juntas à esquadra.



7.RELATÓRIO DE CONTAS

DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Ano findo a 31 de Dezembro de 2017

(Expresso em Dólares)

Nome Ti	ório Finan e da Organ tulo do rojecto		plementadora				nternation of Traine or Women	rs
Codig	go do Proje	ecto						
Perio	do da prest	ação: Janei	ro a Dezembro de 2017			USD		
Data:	13-mar-18	8				USD		
Codi	go Plano A	Aligo Proje	Actividade	Orçado	Gasto periodo	Saldo	%	
	1		Desenvolvimento Organizacional	18.181,82	14.597,68	3.584,14	80%	
1	5	5	Realizar Formacao Nacional sobre P	18.181,82	14.597,68	3.584,14	80%	
			Total Geral	18.181,82	14.597,68	3.584,14	80%	

	Relatorio	Finance	iro					
	Nome da	Organiza	açao Implementadora: Forum Mulher			FNUAP		
	Titulo do Projecto		Programa Direitos Humanos, Género e Cultura					
	Codigo de	Codigo do Projecto						
	Periodo da	a prestaçã	ío: Janeiro a Dezembro de 2017				LICD	
	Data:	13-mar-1	8				USD	
Cod	ligo Plano	C. Proje	Actividade	Orçado	Gasto periodo	Saldo	%	
1	3	2	MNEGENMAIN FPA90 Realizar visita de monitoria para doc	10.000,00	8.196,58	1.803,42	82%	
1	5	3	EVEGENHARM KRA09 Realizar um curso de 5 dias de forma	24.640,00	26.001,51	- 1.361,51	106%	
2	1	9	PROGENGBV FPA90 Produzir um vídeo documentário e um	20.000,00	18.897,19	1.102,81	94%	
2	2	1	EVEGENGBV 2 FPA90 Realizar acções de advocacia e mobili	30.000,00	29.846,54	153,46	99%	
1	4	3	TRAGENFIST ZZT06 Fistula: Apoiar mulheres sobreviventes	7.040,00	8.226,84	- 1.186,84	117%	
1	4	4	EVEGENHARM PRT01 Realizar encontros com pessoas com	9.856,00	8.648,80	1.207,20	88%	
1	5	1	TRAGENPWD1 Educadores de pares: Treinar 100 jovens sel-	17.857,00	17.416,47	440,53	98%	
4	4		SC-PN4148 ESA36 Custo de suporte	15.007,00	6.374,45	8.632,55	42%	
			Total Geral	134.400,00	123.608,38	10.791,62	92%	

	Relatório	o Financei	ro					
	Nome da Organização Implementadora					Fundação Aga Khan		
	Titulo do Projecto							
	Codigo d	lo Projecto						
	Periodo d	riodo da prestação: Janeiro a Dezembro de 2017				USD		
	Data:	13-mar-1	8			030		
Cod	ligo Plano	Codigo P	Actividade	Orçado	Gasto periodo	Saldo	%	
	1		Desenvolvimento Organizacional	2.400,00	1.796,12	603,88	75%	
	4	1	Salarios	2.400,00	1796,12	603,88	75%	
			Total Geral	2.400,00	1.796,12	603,88	75%	



Titulo do		iro açao Implementadora: Forum Mulher			Oxfam N Program	
Projecto						
Codigo do					USD	
Periodo da Data:	presta 13-ma	ção: Janeiro a Dezembro de 2017				
Dutu.	13 112					
go Plano A	go Pro	Actividade	Orçado	Gasto periodo	Saldo	%
1		Elaborar a política de Subvenção	10.000	9.561	439	96%
1		Ajustamento do modelo de orçamentos de acordo com	4.800	4.399	401	92%
1		Aquisição de computadores	13.573	12.966	607	96%
2		Realizar Assembleia Geral	12.267	12.624	- 357	103%
2		Realizar encontros de coordenação com membros	3.154	2.923	231	93%
2		Realizar visitas as Organizações membros	914	290	624	32%
2		Realizar reuniões do Conselho de Direcção e Órgãos So	1.458	133	1.325	9%
2	_	Assessoria Juridica	3.000	1.240	1.760	41%
3		Realizar visita de monitoria para documentação de result		1.300	141	90%
3		Realizar avaliação de Meio termo do PE Organizar a visita dos parceiros	18.741 900	19.572 580	- 831 320	104% 64%
3		Auditoria	12.000	11.405	595	95%
4	_ ~	Prover subvenções aos membros	75.000	74.947	53	100%
5		Realização de encontros de coordenação com os memb		1.157	951	55%
1		Realizar um encontro nacional sobre a lei das sucessões	30.000	28.452	1.548	95%
1		Produzir 4 artigos sobre os principais aspectos a serem	2.431	20.432	2.431	0%
1		Realizar encontro da Aliança de Género no âmbito da in	3.994	3.931	62	98%
1		Encontro de preparação para o observatório da cidade o	300	0.701	300	0%
1		Encontro de preparação para o observatório de desenvo	550	480	70	87%
1		Actualizar o barómetro de Moçambique	3.443	3.636	- 194	106%
1		Realizar encontros de reflexão no Bairro Polana Caniço	4.119	4.158	- 39	101%
1	11	Elaborar brochura sobre avaliação dos municipios lider	9.854	9.711	143	99%
1	13	Realizar o encontro Nacional de reflexao e construcao c	51.000	48.184	2.816	94%
3	1	Realizar um encontro de coordenacao do FOMMUR no	7.278	5.859	1.418	81%
4	1	Participação em eventos internacionais, regionais e nacio	30.233	27.533	2.700	91%
4	2	Participação no worskhop sobre Mecanismo de Financia	434	456	- 22	105%
4	4	Participação nos encontros da Coligação contra os casa	-	-	-	
4	5	Finalizar estudo sobre a situação da mulher	8.386	3.597	4.789	43%
1		Realizar Spots sobre SDGs e Lei da Família e das suce	9.217	7.010	2.207	76%
1	5	Imprimir a cartilha sobre mulher, terra e accesso aos rec	1.563	1.265	297	81%
1		Pagamento de Dominio e Hospedagem do website e jori		981	69	93%
1		Comemoração dos 25 anos do FM	21.980	8.813	13.167	40%
1		Restruturação do pagina web	1.328	1.171	157	88%
4		Salários	262.219	264.112	- 1.894	101%
4		INSS 4%	10.926	8.144	2.781	75%
3		Imposto de veículos	52	17	35	33%
3		Agua	480	335	145	70%
3		Luz Despesse de conitel	900	991	- 91	110%
3		Despesas de capital Material de escritório e consumiveis	8.914 5.825	8.903 4.947	978	100%
3		Combustível	700	670	878 30	85% 96%
3		Manuntenção do sistema informático PHC	2.800	2.744	56	98%
3		Manutenção equip.informático do FM	3.000	1.359	1.642	45%
3		Manuntenção de viaturas	1.300	1.233	67	95%
3		Seguro de viaturas	1.500	1.367	133	91%
3		Seguro de trabalho	750	528	222	70%
3		Manuntenção de escritório	4.000	2.672	1.328	67%
3		Manunteção de equipamento	500	219	281	44%
3		Comunicação	3.500	3.496	4	100%
3		Material de Limpeza	600	599	1	100%
3		Produtos alimentares	1.200	1.072	128	89%
3		Taxas de aeroporto, pontes e portagens	300	96	204	32%
3		Despesas bancárias	1.500	1.098	402	73%
3		Aquisição de equipamentos	200	181	19	91%
3		Assistência médica medicamentosa	5.200	5.190	10	100%
		TOTAL	662.882	618.311	44.571	939

Nome Titul		ganiz	açao Implementadora:Fórum Mulher			Cooper Suiç	•
Proje	ecto						
Codia	a do Dr	n in at	A-04264-11-505678				
						USD	
	l o da p i 13-ma		ção: Janeiro a Dezembro de 2017				
Data:	15-IIIa	1-10					-
igo Pla	ano Ar	o Pro	Actividade	Orçado	Gasto periodo	Saldo	%
1	1	1	Rever o manual de procedimento	4.191	4.079	112	97%
1	1	3	Elaborar uma política de recursos humanos	25.930	25.653	277	99%
1	1	6	Aquisição de computadores	8.652	8.350	302	97%
1	2	2	Realizar retiro da equipe	17.031	17.604	- 573	103%
1	2	3	Realizar os encontros de auscultação e disc	2.809	2.900	- 90	103%
1	3	1	Realizar Planificação	33.036	32.927	109	100%
1	3	2	Realizar visita de monitoria para documenta	2.430	2.523	- 93	104%
1	3	4	Organizar a visita dos parceiros	507	162	345	32%
1	3	5	Realizar assistência técnica programática, fi	26.703	24.467	2.236	92%
1	3	6	Auditoria	11.377	11.377	0	100%
1	4	6	Prover subvenções aos membros FOFEN	10.839	9.256	1.583	85%
1	5	8	Relizar trablho de traducao e interpretacao simultano	300	299	2	100%
2	1		Realizar um encontro nacional sobre a lei da	38.975	21.329	17.646	55%
2	1	12	Actualizar o manifesto politico das mulhere	25.434	24.624	810	97%
2	1		Realizar o encontro nacional da MMM	31.064	29.244	1.820	94%
2	4	1	Participação em eventos internacionais, regi	21.446	21.079	367	98%
3	1		Publicar trimestralmente um suplemento sol	1.062		1.062	0%
3	1		Elaborar documentário FM 25 anos - Vídeo		2.172	4.561	32%
3	1	8	Imprimir estudo de caso mulher e acesso a	1.016		1.016	0%
	4		Salarios	190.905	191.586	- 681	100%
	4	2	INSS 4%	7.049	6.566	483	93%
4	3	2	Agua	480	270	210	56%
4	3		luz	1.000	998	2	100%
4	3		Despesas de capital	8.400	8.327	73	99%
4	3		Material de escritorio e consumiveis	3.825	3.898	- 73	1029
4	3		Combustivel	1.100	581	519	53%
4	3		Manutenção equip.informatico do FM	800	800	0	100%
4	3		Manuntenção de viaturas	1.900	1.854	46	98%
4	3		Seguro de viaturas	750	552	198	74%
4	3		Seguro de trabalho	750	520	230	69%
4	3		Manuntenção de escritorio	1.890	1.921	- 31	1029
4	3		servicos de seguranca	1.000	1.007	- 7	1019
4	3		Manunteção de equipamento	500	112	388	22%
4	3		Comunicação	6.000	6.224	- 224	104%
4	3		Material de Limpeza	100	63	37	63%
4	3		Produtos alimentares	100	48	52	48%
4	3		Taxas de aeroporto, pontes e portagens	300	2	298	1%
4	3		Despesas bancarias	900	642	258	71%
4	3		Aquisição de equipamentos	841	842	- 1	100%
4	3		Assistência medica medicamentosa	5.010	4.606	404	92%
-	-		Total Geral	503.135	469.464	33.671	93%



	Relatório	o Financ	ceiro			O GTG A	
	Nome d	a Orga	nizaçao Implementadora:Fórum Mulher			OSISA	
	Titulo Proje						
	Codigo	do Proj	ecto			US	D
	Periodo	da pres	tação: Janeiro a Dezembro de 2017				D
	Data:	13-mar	-18				
Codig	go Plano	C. Pro	Actividade	Orçado	Gasto periodo	Saldo	%
1	5	6	Realizar formação política feministas para as mulheres rurais para a	8.130	6.653	1.476	82%
1	5	7	Coordenar as accoes das Mulheres Rurais	200	191	9	96%
2	3	3	Disseminar a declaração de Kilimanjaro das mulheres rurais através de	3.000	934	2.066	31%
2	3	4	Realizar workshops para aumentar a conscientização sobre as políticas e	8.000	6.087	1.913	76%
	4	1	Salarios	3.900	3.733	167	96%
4	3	5	Material de escritorio e consumiveis	875	952	- 77	109%
4	3	15	Comunicação	1.095	684	411	62%
4	3	19	Despesas bancarias	30	22	8	73%
			Total Geral	25.230	19.257	5.973	76%

Relatorio	Financei	ro .			Massima	anvana
Nome da	Organiza	çao Implementadora			IVIASSIIII	anyane
Titulo do Projecto	Abord	agem baseada na comunidade para prevenir a violência contra meninas financiada pelo NORAD	mulheres e			
Codigo de	Projecto					LICD
Periodo d	la prestaç	ão: Outubro a Dezembro de 2017				USD
Data:		22-jan-17				
Codigo Plano Anual	Codigo Orçamen tal	Actividade	Orçado	Gastos do periodo	Saldo	%
1	117	Formacao em Secretariado para a Secretaria Executiva	1.913	114	1.799	6%
1	137	Realizar o estudo de base do projecto	9.967	9.381	586	94%
1	138	Analise de Lacunas de genero	2.535	2.097	437	83%
1	116	Equipamento e material de escritório	3.712	3.316	396	89%
2	2114	Desenvolver Aliancas para implementacao do Projecto	1.104	-	1.104	0%
2	2115	Realizar encontros com Governo sobre instrumentos de violencia	2.014	-	2.014	0%
2	246	Realizar Encontros de sensiblizacao na comunidade sobre a VGB	13.350	3.605	9.745	27%
4	41	Salarios coordenadora	9.185	2.821	6.364	31%
4	41	Salarios Directora executiva	4.592	1.583	3.009	34%
4	41	Salarios da Administradora Financeira	2.297	792	1.505	34%
4	43	Custos administrativos	3.827	2.989	838	78%
		TOTAL	54.495	26.698	27.797	49%

	Relató	rio Finan	ceiro			0.0		
	Nome	da Organ	izaçao Implementadora: Fórum Mulher			Oxfa	ım	
	itulo d	o Project	WOMENS LANDRIGHS RE SERACH			América		
	Código	o do Proje	cto					
	Period	lo da pres	tação: Janeiro a Dezembro de 2017					
	Data:	13-mar-1	8				USD	
Cod	ligo Pl	C. Proje	Actividade	Orçado	Gasto	Saldo	%	
Cou	ugu I I	C. TTOJE	Actividade	Orçauo	periodo	Saluo	/0	
2	3	2	Estudo sobre os direitos das Mulheres á To	6.361	2.883	3.478	45%	
			Total Geral	6.361	2.883	3.478	45%	

[37]



	Relató	ório Financ	eiro					
	Nome	da Orgai	nizaçao Implementadora: Fórum Mulher	Why Hunger				
	Titulo do Projecto							
	Codig	go do Proje	ecto			US	D	
	Periodo da pres		ação: Janeiro a Dezembro de 2017					
	Data:	13-mar-1	3					
Pla	digo ano nual	Codigo Projecto	Actividade	Orçado	Gasto periodo	Saldo	%	
1	45	1,1	Apoio aos processo Políticos e Formativos da	8.805	6.806	1.999	77%	
1	45	1,2	Acompanhamento de Processos Locais em	4.590	-	4.590	0%	
1	45	1,3	Custos administrativos	1.605	81	1.524	5%	
			Total Geral	15.000	6.887	8.113	46%	

	Relató	rio Finance	eiro		7	TIDES	
	Nome	da Organ	izaçao Implementadora: Forum Mulhe	r		-	
	Titulo				FOU	NDATI	ON
	do						
	Projec						
	Codig	o do Proje	cto				
	Periodo da prestação: Janeiro a Dezembro de 2017					USD	
	Data:	13-mar-1	8				USD
Pla	digo ano ual	Codigo Projecto	Actividade	Orçado	Gasto periodo	Saldo	%
1	45	1.1.	Formação política feminista	4.000	4.042	- 42	101%
1	45	1.3.	Apoio ás regioes	17.800	17.762	38	100%
1	45	1.4.	Acompanhamento fecho Acçao Internacio	16.529	16.449	80	100%
1	45	1.5.	Comunicação e Informação	4.200	4.120	80	98%
1	45	1.6.	Apoio a boa governação, gestão e planific	8.800	8.954	- 154	102%
1	45	1.7.	Costos administrativos	2.192	2.107	85	96%
			Total Geral	53.521	53.434	87	100%



	Relator	io Finan	ceiro					
	Nome o	la Organ	izaçao Implementadora: For	um Mulher		Fórum Mulher		
	Titulo							
	do							
	Project							
	Codigo do Projecto					USD		
	Periodo da prestação: Janeiro a Dezembro			de 2017		ענט		
	Data:	13-mar-	18					
Codi	go Plano A	digo Proje	Actividade	Orçado	Gasto periodo	Saldo	%	
3	1	2	Colocar mensagens de não a violênc	1.000	991	9	99%	
	4	2	INSS 4%	1.500	1.322	178	88%	
4	3	19	Despesas bancárias	900	822	78	91%	
4	3	22	Outros fornecimetos e serviços	9.500	6.801	2.699	72%	
			Total Geral	12.900,00	9.935,68	2.964,32	77%	

		rio Finano da Orga	ceiro nizaçao Implementadora: Forum Mulher		AGENC DE COO		
		ilo do jecto			DL 000		Ç110
	Codig	o do Proj	ecto			US	D
	Period	o da pres	tação: Janeiro a Dezembro de 2017				
	Data:	13-mar-	18				
Codig	go Plan	C.Proje	Actividade	Orçado	Gasto periodo	Saldo	%
1	45	1.1.1	Las miembras del CI y del SI participan en encuentros	3.982	3.820	162	96%
1	45	1.1.2.	El SI y el CI llevan a cabo sesiones de formación política	33.444	36.254	- 2.810	108%
1	45	1.1.3.	El SI participa en cursos de idiomas para lograr el	1.200	-	1.200	0%
1	45	1.2.2.	Organizar encuentros presenciales del Comité	5.080	5.184	- 104	102%
1	45	1.3.1	Elaborar una estrategia de comunicación para la MMM y	7.112	7.216	- 104	101%
1	45	1.3.2.	Realizar 3 formaciones presenciales sobre	22.040	17.460	4.580	79%
1	45	1.3.3.	Alimentación permanente de las redes sociales y	7.848	6.878	970	88%
1	45	1.3.5	Salario Oficial de ligacao da MMM Agosto 2017	3.924	4.134	- 210	105%
1	45	1.3.6	Salario Oficial de ligacao da MMM Novembro 2017	18.112	16.076	2.036	89%
1	45	1.4.1	Sistematización de experiencias e información en base	7.414	7.338	76	99%
1	45	1.4.3.	Creación de materiales para la Formación Política	10.824	10.088	736	93%
1	45	2.1.1.	Difundir llamados a la acción del calendario feminista,	11.732	9.765	1.968	83%
1	45	2.1.3.	Reforzar y/o iniciar contactos con organizaciones de	15.984	15.451	533	97%
1	45	2.2.1	Seguimiento y apoyo técnico en la realización de las	11.406	10.397	1.009	91%
1	45	2.3.2.	Organización del Encuentro Internacional de 2016	600	-	600	0%
1	45	2.3.4.	Elaboración del informe del encuentro, recogiendo entre	6.153	6.398	- 245	104%
1	45	2.3.5	Costes administrativos (Internet, teléfono, oficina, apoyo	5.497	5.039	457	92%
			Total Geral	172.352	161.496	10.856	94



DEMONSTRAÇÃO DE RECEBIMENTOS E PAGAMENTOS

Ano findo a 31 de Dezembro de 2017

(Expresso em Dólares)

Recebimentos de 2017	
OXFAM NOVIB (Programa Agir)	538.464
COOPERAÇÃO SUÍÇA	420.520
UNFPA	132.483
WLP	11.362
WHY HUNGER	14.991
FÓRUM MULHER	55.505
EMBAIXADA DA FRANÇA EM MOÇAMBIQUE E SUAZILÂNDIA	4.816
AGENCIA VASCA DE COOPERACION	130.599
OXFAM AMERICA	5.132
FUNDAÇÃO AGA KHAN	2.200
OSISA	44.991
MASIMANYANE	42.564
IDS	7.740
GRASSROOTS INTERNATIONAL	14.991
Total	1.426.358
Gastos	
OXFAM NOVIB (Programa Agir)	618.311
COOPERAÇÃO SUÍÇA	469.464
	403.404
UNFPA	123.608
WLP	
	123.608
WLP	123.608 14.598
WLP TIDES FOUNDATION	123.608 14.598 53.434
WLP TIDES FOUNDATION WHY HUNGER	123.608 14.598 53.434 6.887
WLP TIDES FOUNDATION WHY HUNGER FÓRUM MULHER	123.608 14.598 53.434 6.887 9.936
WLP TIDES FOUNDATION WHY HUNGER FÓRUM MULHER AGENCIA VASCA DE COOPERACION	123.608 14.598 53.434 6.887 9.936 161.496
WLP TIDES FOUNDATION WHY HUNGER FÓRUM MULHER AGENCIA VASCA DE COOPERACION OXFAM AMERICA	123.608 14.598 53.434 6.887 9.936 161.496 2.883
WLP TIDES FOUNDATION WHY HUNGER FÓRUM MULHER AGENCIA VASCA DE COOPERACION OXFAM AMERICA FUNDAÇÃO AGA KHAN	123.608 14.598 53.434 6.887 9.936 161.496 2.883 1.796
WLP TIDES FOUNDATION WHY HUNGER FÓRUM MULHER AGENCIA VASCA DE COOPERACION OXFAM AMERICA FUNDAÇÃO AGA KHAN OSISA - Open Society Iniciative for Southern Africa	123.608 14.598 53.434 6.887 9.936 161.496 2.883 1.796 19.257
WLP TIDES FOUNDATION WHY HUNGER FÓRUM MULHER AGENCIA VASCA DE COOPERACION OXFAM AMERICA FUNDAÇÃO AGA KHAN OSISA - Open Society Iniciative for Southern Africa	123.608 14.598 53.434 6.887 9.936 161.496 2.883 1.796 19.257
WLP TIDES FOUNDATION WHY HUNGER FÓRUM MULHER AGENCIA VASCA DE COOPERACION OXFAM AMERICA FUNDAÇÃO AGA KHAN OSISA - Open Society Iniciative for Southern Africa MASIMANYANE	123.608 14.598 53.434 6.887 9.936 161.496 2.883 1.796 19.257 26.698
WLP TIDES FOUNDATION WHY HUNGER FÓRUM MULHER AGENCIA VASCA DE COOPERACION OXFAM AMERICA FUNDAÇÃO AGA KHAN OSISA - Open Society Iniciative for Southern Africa MASIMANYANE	123.608 14.598 53.434 6.887 9.936 161.496 2.883 1.796 19.257 26.698
WLP TIDES FOUNDATION WHY HUNGER FÓRUM MULHER AGENCIA VASCA DE COOPERACION OXFAM AMERICA FUNDAÇÃO AGA KHAN OSISA - Open Society Iniciative for Southern Africa MASIMANYANE Total	123.608 14.598 53.434 6.887 9.936 161.496 2.883 1.796 19.257 26.698
WLP TIDES FOUNDATION WHY HUNGER FÓRUM MULHER AGENCIA VASCA DE COOPERACION OXFAM AMERICA FUNDAÇÃO AGA KHAN OSISA - Open Society Iniciative for Southern Africa MASIMANYANE Total Devoluções	123.608 14.598 53.434 6.887 9.936 161.496 2.883 1.796 19.257 26.698 1.508.368

[41]



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ano findo a 31 de Dezembro de 2017

(Expresso em Dólares)

1. Introdução

1.1. Fórum Mulher - Coordenação para a Mulher no Desenvolvimento

O Fórum Mulher é uma pessoa colectiva de direito privado, dotada de personalidade jurídica, do tipo organização não-governamental, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

Fazem parte do conjunto das demonstrações financeiras o relatório dos projecto, o relatório consolidado e as Notas as demonstrações financeiras.

A implementação dos projectos é feita em três vertentes:

- 1) Implementação directa;
- 2) Implementação pelos membros ou parceiros, por via de pagamentos directos (nos casos em que a organização não dispõe de uma estrutura de gestão financeira devidamente organizada),
- 3) Implementação pelos membros ou parceiros por via de Subvenções (nos casos em que a organização dispõe de estrutura e procedimentos de gestão funcionais).

Os controlos internos adoptados pelo Fórum Mulher contribuem para a consecução dos resultados planeados. Nesse sentido, além do Conselho Fiscal que fiscaliza a gestão administrativa, orçamental, contabilística e patrimonial da organização, também tem implantado Directrizes para velar pela implementação do Controle Interno de forma eficiente.

1.2.Financiamento (Anexo I)

Foram assinados acordos com parceiros de cooperação, com objectivo de financiar o plano estratégico 2014 – 2018, que é operacionalizado anualmente. O financiamento do Fórum Mulher para o ano de 2017 é composto por 10 Doadores, nomeadamente: Oxfam Novib (programa AGIR), Cooperação Suíça, UNFPA, WLP, Oxfam América, OSISA, IDS, Embaixada da França, MASIMANYANE e Fundação AGA KHAN.

O financiamento do Fórum Mulher para 2017, também contou com apoio de 7 Doadores que estão a apoiar as actividades do Secretariado Internacional da Marcha Mundial das Mulheres,

pelo facto do Fórum Mulher estar a hospedar o Secretariado Internacional da Marcha Mundial das Mulheres (SI/MMM), nomeadamente: Oxfam Novib, OIF, Tides Foundation, Why Hunger, Agência Vasca de Cooperação, Grassroots Internacional e Guipuzcoa.

O Fórum Mulher arrecadou ao longo do ano de 2017, o total de **USD 1.426.358**, para a execução do plano referente ao ano 2017.

	MAPA DE DESEMBO	LSOS E GA	ASTOS DE JA	ANEIRO A I	DEZEMBRO	DE 2017	
						Valores em l	USD
Numero	Financiador	Saldo	Valor recebido	Total	Gastos	Devoluções	Saldo
Numero	Fillaliciauoi	01-jan-16	2017	TOtal	2017	2017	31-dez-17
1	OXFAM NOVIB (Programa Agir)	127.372	538.464	665.836	618.311		47.525
2	COOPERAÇÃO SUÍÇA	79.479	420.520	499.999	469.464		30.535
3	OXFAM NOVIB - Female Condom	- 5.210	-	- 5.210	-	-	- 5.210
4	UNFPA	11.796	132.483	144.279	123.608	- 11.796	8.875
5	JHU	10.417	-	10.417	-		10.417
6	WLP	7.549	11.362	18.911	14.598		4.313
7	GUIPUZCOA	2.083	-	2.083	-		2.083
8	OXFAM NOVIB - SI MMM	14.549	-	14.549	-		14.549
9	OIF	11.078	-	11.078	-		11.078
10	TIDES FOUNDATION	53.521	-	53.521	53.434		87
11	WHY HUNGER	2.187	14.991	17.178	6.887		10.291
12	FÓRUM MULHER	203.643	55.505	259.148	9.936		249.212
13	EMBAIXADA DA FRANÇA EM MO(2.086	4.816	6.902			6.902
14	AGENCIA VASCA DE COOPERACIO	1.137	130.599	131.735	161.496		- 29.760
15	OXFAM AMERICA	1.232	5.132	6.364	2.883		3.481
16	FUNDAÇÃO AGA KHAN	-	2.200	2.200	1.796		404
17	OSISA - Open Society Iniciative fo	-	44.991	44.991	19.257		25.734
18	MASIMANYANE	-	42.564	42.564	26.698		15.866
19	IDS- Institute of Development Stu		7.740	7.740			7.740
20	GRASSROOTS INTERNATIONAL	-	14.991	14.991			14.991
	Total	522.918	1.426.358	1.949.276	1.508.368	- 11.796	429.112

Deste montante, foi arrecadado para as receitas próprias o montante que ascende a **USD 55.505**, provenientes de contribuição de 10% dos parceiros para a sustentabilidade do Fórum Mulher, 10% da rede de formadores e consultores, vendas de materiais, quotas dos membros e contribuição do pessoal afecto ao Gabinete Executivo, **Anexo II**.



		ANEXO II
PROVEITOS		
DESCRIÇÃO	MZN	USD
Capulanas e lenços	133.300	2.140
Proveitos provinientes de quotas	70.000	1.124
Receita proviniente de outras entidades	389.709	6.257
Receita proviniente da formação do pessoal interno	2.623.077	42.112
Juros obtidos	240.543	3.862
Diferenças de câmbios favoráveis	676	11
TOTAL das contas de movimento	3.457.305	55.505

2. Políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas consistentemente as demonstrações financeiras são as seguintes:

a) Bases de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em cumprimento dos procedimentos internos, conforme previsto no manual de procedimentos e respondendo compromissos assumidos com os nossos parceiros são, deste modo, apresentadas as presentes demonstrações financeiras.

As presentes demonstrações financeiras anuais, que se reportam à data de 31 de Dezembro de 2017, foram preparadas com base no princípio contabilístico de caixa. De acordo com este princípio, as transacções são efectivamente reconhecidas sempre que há alteração do caixa e seus equivalentes quer em adição bem como na redução com a excepção de operações ligadas com acordos assinados.

As demonstrações financeiras são preparadas para providenciar a informação financeira as partes interessadas (instituições de financiamento, membros e parceiros) do Fórum Mulher. Em consequência, as mesmas podem não ser convenientes para uma outra finalidade.

b) Principais políticas Contabilísticas

O modelo de normalização contabilística está em conformidade com as políticas existentes no Fórum Mulher, ao nível da execução, assente em princípios e regras baseadas nas normas internacionais de relato financeiro geralmente aceites.

Os registos contabilísticos são preparados pelo princípio do custo histórico, sem quaisquer ajustamentos subsequentes para reflectir o impacto das mudanças de preços específicos ou a evolução do nível geral de preços.

c) Transacção em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em dólares, que constitui a moeda de apresentação utilizada pelo Fórum Mulher.

A nova conjuntura cambial trouxe uma desvalorização do metical face ao dólar que afectou significativamente e de forma negativa os saldos do Fórum Mulher que estavam em meticais. Também, para os saldos em dólares e euros foram desvalorizados em relação a Dezembro de 2016.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em dólares, que constitui a moeda de referência na apresentação destas, utilizada pelo Fórum Mulher.

d) Custo dos empréstimos obtidos

Os custos dos empréstimos obtidos que são directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo elegível fazem parte do custo do activo. Esses custos são reconhecidos nos resultados. Até ao fecho do exercício económico, o Fórum Mulher havia liquidado a última prestação do empréstimo contraído para aquisição da casa própria.

3. Alterações de políticas contabilísticas, de estimativas e erro

Durante o ano findo, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas que produzam efeito no exercício.

4. Saldos bancários a 31 de Dezembro de 2017 (Anexo III)

Conforme ilustra o Anexo III, o Fórum Mulher possui 20 contas bancárias, resultado dos acordos assinados entre este e os seus parceiros de cooperação, que exigem a abertura das contas específicas para cada projecto.



		ANEXO III
BANCOS		
BANCOS METICAIS	MZN	USD
Standard Bank - 1090171471004 -FM	2.218.162	35.611
Standard Bank - 1090171471055 FNUAP	769.295	12.351
Standard Bank - 1094224661108 - SI MMM	494.270	7.935
Standard Bank -1094224661035 - FM Fundo Comum	3.758.062	60.334
Standard Bank - 1094224661116 - FICA	0	0
Standard Bank - 1094340191046 Agencia Vasca	1.449.997	23.279
Standard Bank - 1094340191027 Tides Foundation	13.308	214
Standard Bank - 1094340191038 Programa Agir	1.762.870	28.302
Barclays -47133000618	2.432.847	39.058
Barclays - 47133000740 IBIS	0	0
Barclays -47133000730 Casa FM	2.372.748	38.093
Barclays - 47133001248 FM- Conta Salarios	0	0
Barclays - 47133001258 - FM-Pessoal	810.331	13.009
Barclays - 41104000804 -FM Masimanyane	1.596.888	25.637
BANCOS DOLAR		
Standard Bank FM-1090171471028		44.047,27
Standard Bank FM -1090171471071		5.974,89
Standard Bank FM - 1094224661008 Fundo Comum		57.603,08
Standard Bank FM -1094224661094 - SI MMM		5.099,37
BANCO EUROS		
Sandard Bank FM-1090171471098	109,49	130,65
Sandard Bank FM-1090171471124	14.600,76	17.422,45
TOTAL DE BANCOS		414.100,32
CAIXA		
Caixa	173.525,89	2.785,86
		,
TOTAL DE CAIXA E BANCOS		416.886,18



Decomposição de caixa

O caixa é composto por valor que ascendem a **USD 2.785,86**, dos quais **USD 26.73** correspondem ao fundo de maneio e o valor que ascende a **USD 2.759,13**, correspondem aos cheques em carteira.

5. Adiantamentos concedidos (Anexo IV)

O saldo reflectido no Anexo IV, refere-se ao adiantamento efectuado as/os colaboradoras/res, membros e parceiros implementadores das actividades do Fórum Mulher, para execução das actividades decorrentes do plano 2017, cujos valores não foram justificados dentro dos prazos previstos, bem como, do saldo transitado dos anos anteriores que até a data da preparação destas demonstrações ainda encontrava – se pendente.

		ANEXO IV
Adiantamentos		
Organizações parceiras (Varias)	1.406.794	22.585
Colaboradoras/res	403.051	6.471
	1.809.845	29.056

6. Credores (Anexo V)

O anexo V espelha a rubrica credora, corresponde aos impostos sobre o trabalho dependente, rendimentos profissionais, e INSS referentes ao mês de Dezembro de 2017 que podem ser pagos até ao dia 20 e 10 do mês de Janeiro de 2018, respectivamente e a contribuição para o Fundo Social das/os colaboradoras/res do Fórum Mulher.

			ANEXO V
-	85.600	-	1.374
-	962.703	-	15.456
-	1.048.303	-	16.830
	- - -	- 962.703	- 962.703 -

7. Despesas (Anexo VI)

O anexo VI refere-se ao relatório anual consolidado por doador, em relação aos projectos implementados pelo Fórum Mulher durante o ano de 2017. Em conformidade com os dados apresentados neste mapa, pode se ver que o mesmo apresenta o nível percentual de execução por cada área estratégica, sendo 41%, 19%, 1% e 38% para Desenvolvimento Organizacional, Advocacia, Comunicação e Informação e Custos Organizacionais, respectivamente.



De referir que os custos organizacionais englobam os salários e custos fixos da organização.

8. Auditorias

Importa aqui referir que do saldo inicial tem um valor negativo que ascende ao montante de **USD 5.210**, correspondente a Oxfam Novib – Femele condom. Este saldo, é referente ao adiantamento para o pagamento da auditoria relativo ao ano de 2014, que não estava prevista no orçamento.

Contudo, conforme acordado entre as partes este valor seria reembolsado durante o exercício de 2015, porém até ao momento não foi reembolsado pela Oxfam Novib. Durante o primeiro e segundo semestre de 2017 foi contactado a Oxfam Novib, responsável pelo acompanhamento do projecto que gerou o saldo negativo. Tendo ficado por dar uma resposta sobre as razões do não reembolso do valor até ao momento. Na perspectiva de ver solucionado o problema, também foi proposto pelo Fórum Mulher, durante o encontro de monitoria com o parceiro Oxfam Novib em Dezembro de 2017, sobre a possibilidade deste assumir esta divida no âmbito do programa AGIR, em virtude do tempo que vem se arrastando a solução do mesmo. Contudo, o parceiro ficou por dar resposta a proposta apresentada pelo Fórum Mulher.



8.CONCLUSÃO

Em termos gerais, considera-se que no ano findo a 31 de Dezembro de 2017 houve um desempenho financeiro desejável, cuja execução financeira atingiu 87%.

O Ponto de situação dos produtos mostra igualmente o que houve em termos de grandes realizações, sobretudo que resultados significativos foram materializados, dos esperados para o ano de 2017.

A conclusão da implantação da política de subvenções na gestão de contractos com as organizações implementadoras, prevista no plano de Desenvolvimento Institucional e o ajustamento do orçamento ao plano de contas, deverá proporcionar um ganho de qualidade nos procedimentos e controles internos que, sem dúvida, contribuirá para o alcance de resultados cada vez melhores.

A nível programático as questões relativas a monitoria da implementação das leis continuam prioritárias, com enfoque para a lei de violência doméstica contra as mulheres. Tanto a nível do sistema judiciário, assim como ao nível da sistematização de informação. Persistem lacunas no acesso a informação sobre a violência contra mulheres a nível das instituições, não é regularmente sistematizada afectando a qualidade dos dados. As normas informais permanecem um campo desafiador para avançar os direitos humanos das mulheres. Elas são instrumentos de controlo de poder por parte de diferentes actores tanto ao nível rural assim como urbano, que usam as mesmas para alcançar os seus objectivos quer materiais assim como sociais. As uniões prematuras são justificadas muitas vezes pela pobreza das famílias, mas ela não reduz a pobreza só agrava a precariedade das famílias.

Refugiar o problema das uniões prematuras e forçadas na pobreza, só sustenta a manipulação das normas informais na perpetuação das desigualdades de género, porque nega um factor determinante, que a escolha não é neutra. Isso não significa que estamos negligenciando a pobreza como elemento importante na análise do problema. Mas, alertando que antes da pobreza existe uma visão machista, patriarcal que é desigual em relação aos direitos de rapazes e raparigas, de homens e mulheres, das mulheres com deficiência, mulheres e homens com orientação sexual diferente da heterossexual e outros.



12. Anexos:

1. Relatório Financeiro Anual Consolidado

9.Desafios Para o Próximo Ano

- Aprofundar o debate sobre o papel da cooperação internacional para o avanço dos direitos humanos das mulheres.
- Influenciar para a inclusão das questões levantadas pelo FM e Sociedade Civil no processo da revisão da Lei da Família e Lei das Sucessões.
- Necessidade de aumentar o diálogo com os órgãos de comunicação social para maior inclusão de assuntos sobre Direitos Humanos das Mulheres na media.
- Adaptação das recomendações da consultoria de avaliação intermédia do Plano Estratégico e elaboração do respectivo plano de acção.
- Existência de muitas agendas nacionais dos parceiros que poderão criar sobreposição de agendas à organização.
- Criar equipas de monitoria da aplicação dos instrumentos de governação que incluam os órgãos sociais, membros do Fórum Mulher e equipa do Gabinete;

10.Constrangimentos

 Desembolso tardio de fundos por parte dos doadores que condicionou a realização das actividades